



**AS IDIOSSINCRASIAS DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL ATROPELAM A POLÍTICA E ALIMENTAM A IMPRENSA COM EDITORIAIS, ARTIGOS E MATÉRIAS RECHEADAS DE ESCÂNDALOS.**



**NESTA TEIA, NASCE O NOVO "COLISEU", CONSTRUÍDO POR ESCÂNDALOS QUE EXPLODEM NAS TELAS DAS TELEVISÕES, NAS PÁGINAS DOS JORNAIS E REVISTAS, NAS ONDAS DE RÁDIO E DA INTERNET.**



**NO VALE TUDO DA BUSCA POR AUDIÊNCIA, É PRECISO JOGAR ALGUÉM NA COVA DOS LEÕES.**



**ACHO QUE ESTÁ NA HORA DE ATUALIZAR OS CONCEITOS DE POLÍTICA, DE IMPRENSA E DE JUSTIÇA, TODOS EM FRANCA DECA-DÊNCIA, MACULADOS PELA AMPLA CORROSÃO ÉTICA QUE CONTAMINA AS REGRAS DA DEMOCRACIA E DA BOA CONVIVÊNCIA.**



**CONTRADIÇÕES** As idiossincrasias da legislação eleitoral atropelam a política, incriminam os políticos, maculam governos, instituições, empresas e empresários e alimentam a imprensa com editoriais, artigos e matérias recheadas de acusações, ataques e perseguições, muitas vezes pessoais. São páginas escandalosas, construídas com o intuito de vender mais jornais e revistas, comercializar mais espaços nas televisões, manter a audiência, capturar os olhos, os ouvidos e os corações dos telespectadores incautos.

**REDE DE INTERESSES** O objetivo desse circo pode ser econômico – aumentar o faturamento no final do mês. Mas também pode ser por vaidade, alimentada pelo desejo do autor da notícia, em pautar os concorrentes. O alibi é a defesa da liberdade de informação, dos direitos de expressão e da democracia. A prática é um conjunto de gestos ditos “investigativos”, movimentado por uma grande rede de intrigas que circula entre os poderes da República, o mundo empresarial e a política. Nesta teia de interesses nasce o novo “Coliseu”, construído por escândalos que explodem nas telas das televisões, nas páginas dos jornais e revistas, nas ondas de rádio e da internet. Afinal, no vale tudo da busca por audiência, é preciso jogar alguém na cova dos leões ou fazer sangrar um incauto, diariamente, para aplacar a revolta social com um sistema injusto e desigual.

**ESCÂNDALOS** Nos últimos oito anos, centenas de operações policiais foram, antecipadamente, vazadas para a mídia com o objetivo de “mostrar serviço” e “botar moral”. Na era midiática, justiça tem sido feita através de fotos, filmes e vídeos antes mesmo de chegar aos tribunais. Na era do espetáculo, o circo não pode parar e o protagonista, geralmente, é alvo de uma investigação não concluída, de uma hipótese, de um pré-julgamento ou da concretização do desejo, bem pago, de vingança de um inimigo. Para acalmar a turba inquieta – geralmente atizada pela proliferação de informações apressadas, veiculadas sem critérios, mas apenas pela necessidade de colocar no ar o telejornal –, jornalistas inexperientes e mal pagos cumprem o dever de não deixar páginas em branco ou telas vazias por falta de notícia.

**COLISEU MIDIÁTICO** Neste “Coliseu” midiático, vale o escândalo. Um escândalo que compromete a democracia contamina o tecido social e faz proliferar mais escândalos e mais violência. O mundo mudou. Tudo é mais veloz e imediato. E a pressa, todo mundo sabe, é inimiga da perfeição. Por isso mesmo, é preciso atualizar as leis, as regras sociais, sem perder o sentido de justiça, sem perder a noção dos trâmites judiciais. Os personagens desta história, chamada sociedade, precisam começar uma nova rodada de negociações e estabelecer critérios menos vulneráveis e acabar com esse imenso jogo de palavras que se deterioram no ar causando constrangimento, insegurança e mal-estar social.

**DECADÊNCIA DA DEMOCRACIA** Na era da informação, o que está em xeque é a própria democracia, que, segundo o especialista em relações internacionais, Humphrey Hawksley, está em decadência, ameaçada pelo poderio

econômico da China, a influência cada vez maior de países como Paquistão e Irã, no perigoso jogo das relações internacionais, e o fracasso dos EUA no Iraque e Afeganistão. Neste caso específico, o que está em questão não é a democracia em si, mas o peso das suas vantagens. Para os afegãos, por exemplo, o sistema intensificou a violência e a pobreza. Comparativamente com a China, o regime autocrático de Pequim trouxe riqueza.

**VOTAR EM IDEIAS** Na visão de Hawksley, o autoritarismo não é bom, mas a democracia precisa de um ambiente propício. Ele analisa que: “só quando se está preparado para votar em ideias, e não em etnias ou grupos, a democracia prevalecerá”. No caso da América Latina, ele afirma que no fim da Guerra Fria, as instituições eram desenvolvidas e a política estava dividida entre esquerda e direita. Isso, segundo ele, coloca o Brasil e seus vizinhos muito à frente dos países do Oriente Médio, África e parte da Ásia, onde as eleições têm bases étnicas, tribais ou religiosas.

**VOTO CONSCIENTE** Para o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, desembargador Walter de Almeida Guilherme, o princípio da soberania popular, exercida através do voto, tem as suas contradições. Afinal, ele diz: “o voto entre nós, ainda que generalizadamente, não é um voto consciente... O eleitor vota no candidato e não se informa sobre quem é ele... Nada contra o voto, mesmo que seja assim, até porque é melhor isso do que não votar”. Dentro dessa linha de raciocínio, o desembargador Guilherme sugere que o voto facultativo pode ser um caminho para moralizar as eleições, na medida em que o voto, não sendo obrigatório, reduziria a corrida às urnas, amedrontando os políticos.

**SOBERANIA POPULAR E JUSTIÇA** Sobre a política e os políticos, Walter de Almeida Guilherme cita Floriano Peixoto, que dizia: “confio desconfiando”. Almeida Guilherme entende que os partidos precisam conquistar a mente e o coração do eleitor para que ele acredite no partido, contudo, ele afirma: “não acredito com muita firmeza em partido”. A justiça, ele diz, precisa agir com cautela, afinal, ele conclui: “existe o princípio da soberania popular... O eleitor votou e não temos o voto destituente... O eleitor escolheu e a justiça é que vai declarar a perda do mandato eventual. Isso é difícil”.

**REGRAS FRÁGEIS** Acho que está na hora de atualizar os conceitos de política, de imprensa e de justiça, todos em franca decadência, maculados pela ampla corrosão ética que contamina as regras da democracia e da boa convivência. Os recentes episódios da quebradeira de instituições financeiras ancestrais, mundo afora, comprovou a fragilidade das regras que organizam a democracia nos novos tempos. No século XXI, a democracia está virando uma discussão estéril. Confundem direito com vontade. Acreditam num mercado sem regras. Confundem verdade com interpretação pessoal. É hora de renovar as regras da soberania popular, da justiça, do Estado e da imprensa antes que a sociedade e a liberdade entrem num “crash” geral.